



**ANLEIJUD**

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS LEILOEIROS OFICIAIS JUDICIAIS**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA  
NA PESSOA DA PREGOEIRA DESIGNADA  
ILMA. SRª ALEXANDRA LACERDA FERREIRA RIOS  
BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL**

**REF.: Pregão Eletrônico nº 04/2019  
Processo nº 08129.002051/2019-50**

**Objeto: Contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais para realização de leilão de bens móveis, com perdimento em favor da União**

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS LEILOEIROS OFICIAIS JUDICIAIS**  
– **ANLEIJUD**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, regularmente registrada perante o Cartório de Títulos e Documentos do 1º Ofício de Goiânia sob o nº 6385, inscrita no CNPJ sob o nº 30.753.626/0001-30, com sede à Rua Salvador, nº 105 - 701, Setor Alto da Glória, Goiânia/GO, CEP 74815-750, neste ato representada por sua Diretora Presidente, vem por meio desta, mui respeitosamente, **APRESENTAR**

## **IMPUGNAÇÃO**

Aos seguintes itens do edital de Pregão Eletrônico nº 04/2019:

- 1.1. **Contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais**, pessoa física, **para a realização de leilão de bens móveis**, apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação antecipada, para o período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD);
- 7.20.2.1. Para efeitos da comprovação de realização, com êxito, de objeto semelhante ao desta Licitação, **considerar-se-á como pertinente e compatível em características e em quantidade mínima igual ou superior a 10% (dez por cento) dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4 do Termo de Referência**, Anexo I deste Edital;
- 7.20.4. **Declaração de infraestrutura para guarda de bens, em que fique consignada a área total do depósito, a existência de licença do Corpo de Bombeiros e Certidão de Regularidade com o Órgão de Licenciamento Ambiental e, ainda, de Apólice de Seguros** assegurando os materiais porventura lá acautelados;

*(grifos nossos)*



**ANLEIJUD**

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS LEILOEIROS OFICIAIS JUDICIAIS**

---

E aos seguintes itens do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 04/2019:

- 6.1.21. O leiloeiro deverá proceder à entrega dos bens aos arrematantes após seu pagamento, **dando suporte técnico e operacional às atividades necessárias que sucedem à realização da hasta pública**: da preparação processual até a baixa dos débitos e diligenciamento junto aos órgãos de trânsito competentes.

- 10.44. Dar suporte técnico e operacional às atividades necessárias que sucedem à realização da hasta pública: **da preparação processual até a baixa dos débitos e diligenciamento junto aos órgãos de trânsito competentes**.

*(grifos nossos)*

Pelos fundamentos de fato e direito a seguir expostos.

### **1. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS MÍNIMOS DO EDITAL – DESCRIÇÃO INSUFICIENTE DO OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Conforme disposição contida no Art. 40, I do Lei 8.666/93, ao ser expedido Edital de Licitação, este deverá conter requisitos mínimos para sua identificação, recaindo especialmente sobre o objeto a ser licitado, dando ao pretense licitante a exata proporção dos serviços que lhe serão exigidos, conforme se verifica abaixo:

*Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:*

***I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;***

*(grifo nosso)*

No presente caso, temos o objeto descrito como sendo:

***1.1. Contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física, para a realização de leilão de bens móveis, apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação antecipada, para o período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).***



# ANLEIJUD

## ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS LEILOEIROS OFICIAIS JUDICIAIS

---

*(grifo nosso)*

Todavia, ao analisarmos o Termo de Referência, tem-se que o objeto da contratação vai muito além da realização do leilão, que é o apregoamento de bens do Comitente para fins de venda pública do objeto destinado a seu desfazimento. Ela engloba, segundo o item 5.1.1 do respectivo Termo, diversos outros serviços, os quais cita abaixo:

*5.1.1. A contratação deve abranger os serviços de recolhimento, depósito, guarda e organização de leilões públicos por meio de leiloeiro oficial, de veículos e bens apreendidos, compreendidas as atividades de pós-venda, em que são realizados todos os trâmites necessários para a regularização dos bens alienados.*

*(grifo nosso)*

Neste sentido, é fácil verificar que os serviços objeto do presente pregão vão muito além do simples "bater do martelo" e *intermediação de bens*.

Consiste em verdadeira gestão de bens, mediante delegação de função ao leiloeiro oficial para que ele assuma responsabilidades inicialmente personalíssimas da SENAD, na qualidade de incorporadora dos bens apreendidos sujeitos à pena de perdimento em favor da União.

Esse requisito de contratação deveria estar devidamente especificado **no objeto do edital**, pois consiste em atividades que não fazem relação ao ato do leilão, podendo inclusive inviabilizar por completo a licitação devido a vício insanável do edital, frente às características e exigências dos serviços complementares, somente citadas no Termo de Referência – Anexo I do edital respectivo.

Assim, faz-se necessária republicação do Edital de Pregão Eletrônico nº 04/2019, contemplando em seu objeto **TODOS OS SERVIÇOS DE GESTÃO DE BENS A SEREM DESENVOLVIDOS: REMOÇÃO, GUARDA, ARMAZENAGEM, LEILÃO E ENTREGA AO ARREMATANTE VENCEDOR.**

## **2. CARACTERÍSTICAS DOS BENS A SEREM LEILOADOS:**

Inicialmente, cumpre realizarmos a análise dos bens discriminados no competente Edital de Licitação e seu Termo de Referência.

Ao analisarmos o item 1 de ambos documentos, onde esclarece o objeto da presente licitação, tem-se que o mesmo se consubstancia em:

*1.1. Contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física, para a realização de leilão de bens móveis, apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles que podem ser*



## ANLEIJUD

### ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS LEILOEIROS OFICIAIS JUDICIAIS

*indicados pela Justiça para realização de alienação antecipada, para o período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).  
(grifo nosso)*

Posteriormente, o Anexo I do Edital ora impugnado, em seu Termo de Referência, no item 8.1.4, traz a especificação desses bens móveis citados e seus quantitativos, assim identificados:

Quadro demonstrativo dos bens perdidos a favor da União discriminados por itens								
TOTAL 19.476								
ITEM	ESTADO	AERONAVE	DIVERSOS	ELETRÔNICO	EMBARCAÇÃO	JOIA	VEÍCULO	TOTAL DE BENS POR ITENS
1	Foz do Iguaçu e Região - PR	0	37	170	7	6	387	607
2	Mato Grosso do Sul	3	340	1.650	8	94	1.313	3.408
3	Paraná	0	169	677	7	31	762	1.646
4	Cidade de São Paulo e Região - SP	0	178	930	3	32	388	1.531
5	São Paulo	2	706	3.131	4	109	1.781	5.733
6	Minas Gerais	1	432	1.797	1	71	1.049	3.351
7	Rio Grande do Sul	6	221	923	3	41	775	1.969
8	Santa Catarina	0	247	643	0	88	253	1.231
TOTAL DE BENS POR TIPO		12	2.330	9.921	33	472	6.708	

Verifica-se, portanto, que os bens móveis foram subdivididos em classes específicas, e por sua vez redivididos em novas classes. Explica-se:

A grosso modo, a legislação pátria classifica os bens em categorias, para melhor identificação do patrimônio, mas que de forma geral, para fins do presente credenciamento, podem ser classificados em:

- Imóveis,
- Semoventes (embora seja uma das espécies de bens móveis), e
- **Móveis.**

Os dois primeiros foram excluídos do objeto da licitação, permanecendo apenas os bens móveis propriamente ditos, ou seja, aqueles identificados pelo Artigo 82 do Código



**ANLEIJUD**

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS LEILOEIROS OFICIAIS JUDICIAIS**

---

Civil, suscetíveis de movimento e que podem ser transportados de um lugar para o outro sem que seja alterada sua substância ou sua destinação econômico-social. Segue o dispositivo correspondente:

*Art. 82. **São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.**  
(grifo nosso)*

Desta forma, a distinção realizada pelo Edital de Credenciamento em subdivisões para se exigir que o **Licitante** disponha de atestados com quantitativos sobre tipos específicos de móveis se torna excessivamente oneroso ao Leiloeiro, pois a essência do bem classificado como móvel não é alterada em razão da destinação de uso que possui.

Sob tal raciocínio, os bens eletrônicos e joias especificados no quadro acima são subdivisões do bem móvel diverso, que por si só já abrangeria as categorias ora desmembradas.

O mesmo ocorrendo com as aeronaves e embarcações. Ao se ater à função destes, tem-se que os mesmos se equiparam aos veículos, não havendo, portanto, qualquer razão para distinguir os quantitativos finais de tais bens.

Por este motivo, impera a redistribuição do quadro de bens móveis acima, em apenas duas espécies distintas de bens móveis, quais sejam:

- 1) Bens Móveis **DIVERSOS** e
- 2) Bens Móveis **VEÍCULOS**.

### **2.1. Excesso de Especificidade – Afastamento Indevido de Licitantes:**

Não há dúvidas que os leilões a serem realizados para este Ministério da Justiça são de extrema proporção, com detalhes a serem cumpridos de forma exímia, motivo pelo qual necessita de profissionais amplamente capacitados não apenas para condução da hasta pública a ser designada, mas também para realização de todos os procedimentos pré e pós leilão exigidos no respectivo edital.

Todavia, exigir do profissional que demonstre a efetiva alienação de bens específicos, mesmo sendo estes subitens de tipo **BENS MÓVEIS**, é imprimir exagero desnecessário à escolha do Leiloeiro Oficial responsável.

É de se ressaltar que a absoluta maioria dos licitantes que participam do certame devem ser profissionais atuantes na esfera judicial, onde a gama de bens leiloados é a mais variada possível, onde constam desde pequenos itens aos mais complexos e específicos equipamentos, maquinários e veículos.



Neste sentido, torna-se inexecutável a solicitação de atestados de capacidade técnica pelo tipo de bem, conforme exigido na tabela constante no Termo de Referência. Isto porque, para que as Varas Judiciais emitentes dos referidos atestados o façam nos moldes solicitados, haverá necessidade de se consultar o resultado de todos os lotes levados a leilão, o que exigiria trabalho descomunal às Serventias onde os licitantes atuaram, atravancando ainda mais nosso Poder Judiciário já tão atribulado de afazeres.

Como o objetivo dos atestados de capacidade técnica é assegurar que o leiloeiro oficial licitante demonstre um mínimo de vendas sob o seu encargo, os atestados de forma geral, apenas esclarecendo se o bem se trata de veículo ou diverso se faz mais que suficiente para demonstrar os resultados obtidos por meio do trabalho desenvolvido, assim como se o mesmo se apresenta como eficaz e satisfatório para atuar perante este Ministério da Justiça.

A adoção de critérios intangíveis acaba por macular todo o certame, que deverá primar pelos Princípios da Efetividade e Economia, além da Utilidade dos Atos Públicos, não podendo exigir critérios que limitam a participação dos possíveis licitantes, sob o risco de restar deserto o certame.

### **2.2. Requisitos Técnicos Exigíveis Conforme a Lei 8.666/93:**

No que tange à comprovação da qualificação técnica do licitante e a apresentação de atestados de capacitação, o Artigo 30 e parágrafos da Lei 8.666/93, é que esclarece quais os documentos hábeis a serem requisitados. Abaixo, transcreve-se os dispositivos aplicáveis ao presente caso:

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica **limitar-se-á a:***

*(...) Omissis*

*§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, **limitadas as exigências a:** [\*\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)\*](#)*

*(...) Omissis*

*§ 3º Será sempre admitida a **comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares** de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.*



**ANLEIJUD**

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS LEILOEIROS OFICIAIS JUDICIAIS**

---

(...) *Omissis*

§ 5º *É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.*  
(grifos nossos)

Neste sentido, não há que se falar em especificidade dos bens constantes nos atestados de capacidade técnica. **APENAS A COMPROVAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS, CONSIDERADO COMO SATISFATÓRIO.**

Mais uma vez se vê como indevida a classificação dos bens em itens de acordo com sua natureza. Conforme o § 3º supra, **apenas a similaridade do objeto licitado, in casu BENS MÓVEIS,** já se faz suficiente para demonstração da capacidade técnica do licitante.

Assim, uma vez que há exercício profissional efetivo, não é o tipo do bem que determinará sua capacidade e competência para participação no procedimento licitatório.

A ocorrência de bens classificados como embarcações, aeronaves e joias são raros, atinentes mais às Varas Criminais, justamente por serem utilizados para prática do crime do que em execuções de forma geral, onde os leilões são mais comuns de serem determinados.

Desta forma, é flagrante a inibição de participação de leiloeiros que, embora intensamente atuantes, não leiloaram tipos específicos de bens móveis, mesmo que os resultados gerais ultrapassem em muito o percentual de 10% (dez por cento) de aproveitamento. Por isso a necessidade de se considerar apenas duas subespécies de bens móveis: **DIVERSOS**, onde se englobem também os eletrônicos e joias e **VEÍCULOS**, considerando aqui não apenas automóveis, motocicletas, ônibus e caminhões, mas também as embarcações e aeronaves.

Ademais, é benéfico ao Poder Público que se tenha o maior número de licitantes possível, trazendo a seu conhecimento a possibilidade de contratar com aquele que realmente se apresente como melhor qualificado ao exercício do múnus a que se propõe assumir.

Ao garantir uma maior amplitude do certame, reduz-se as chances de se ter eventuais questionamentos quanto a legitimidade do resultado do credenciamento, pois não poderá afastar eventuais interessados por não cumprimento de requisitos que exorbitam à competência do ente licitante, mediante exigências que não se subsumem às regras aplicáveis ao procedimento licitatório.





## ANLEIJUD

### ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS LEILOEIROS OFICIAIS JUDICIAIS

---

#### **3. EXCESSO DE EXIGÊNCIAS QUANTO AO DEPÓSITO A SER DISPONIBILIZADO:**

As características exigidas do depósito a ser disponibilizado pelo leiloeiro licitante constam no item 7.20.4 do edital, e são complementados pelo item 5.1.4.4 do Termo de Referência, ambos abaixo transcritos:

*7.20.4. Declaração de infraestrutura para guarda de bens, em que fique consignada a área total do depósito, a existência de licença do Corpo de Bombeiros e Certidão de Regularidade com o Órgão de Licenciamento Ambiental e, ainda, de Apólice de Seguros assegurando os materiais porventura lá acautelados;*

*5.1.4.4. Declaração de infraestrutura para guarda de bens, em que fique consignada a área total do depósito, a existência de licença do Corpo de Bombeiros e Certidão de Regularidade com o Órgão de Licenciamento Ambiental e, ainda, de Apólice de Seguros para assegurar os materiais porventura lá acautelados;*

No que se referem aos depósitos para fins de guarda de bens pelo Leiloeiro Oficial, estes constam geralmente de região urbana, sem qualquer impacto ao meio ambiente, motivo pelo qual, via de regra, não consta licenciamento ambiental sobre os mesmos.

Além disso, em se tratando de bens apreendidos que possam gerar algum dano ambiental, tais como insumos agrícolas, produtos farmacêuticos e outros, estes devem ser inutilizados de forma adequada, ficando vedada sua comercialização, mesmo que por meio de leilão devidamente autorizado pela SENAD, uma vez que não se poderá atribuir a legitimidade de sua origem, observância às normas técnicas de fabricação, prazo de validade e outros.

Por este motivo, há excesso de critérios para instituição de depósito judicial, o que deverá se restringir à comprovação dos critérios de segurança que se façam suficientes à guarda e conservação dos bens removidos.

#### **4. REGULARIZAÇÃO DO BEM PARA ENTREGA AO ARREMATANTE:**

Outro tópico que merece ser questionado é a atribuição ao licitante vencedor de que este realize a entrega do bem ao arrematante livre dos ônus que eventualmente recaiam sobre o bem, nos termos do item 6.1.2.1 do Termo de Referência:

*6.1.21. O leiloeiro deverá proceder à entrega dos bens aos arrematantes após seu pagamento, **dando suporte técnico e operacional às atividades necessárias que sucedem à***





**ANLEIJUD**

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS LEILOEIROS OFICIAIS JUDICIAIS**

---

*realização da hasta pública: da preparação processual até a baixa dos débitos e diligenciamento junto aos órgãos de trânsito competentes.*

*(grifo nosso)*

Quanto a este requisito, é importante ressaltar que em se tratando de bens apenados com perdimento em favor da União, estes deverão estar devidamente incorporados ao patrimônio público, por isso imune às restrições de natureza administrativas ou fiscais que possam recair sobre os bens, em especial os veículos, pois necessitam de registro de transferência para o eventual adquirente, sendo-lhe garantida a entrega totalmente livre e desembaraçada de todos e eventuais ônus, posto o caráter originário do leilão decorrente de ato da Justiça.

Todavia, o leiloeiro oficial não possui qualquer autonomia para oficiar órgãos públicos para que procedam de acordo com as necessidades do arrematante, não podendo ser responsável pela regularidade documental de bem que não lhe pertence e do qual apenas realiza a intermediação de venda, sendo este critério INTEGRALMENTE INEXEQUÍVEL, viciando o edital no que se refere a tal requisito.

## **5. CONCLUSÃO E PEDIDO:**

Pelos argumentos acima, comprova-se a inconsistência do Edital de Leilão e seu Termo de Referência, motivo pelo qual deverão referidos documentos serem revistos pela Comissão de Leilão e reeditados para fins de reabertura do procedimento de Credenciamento.

Esclarece, ainda, que o objetivo da presente impugnação é afastar o excesso de formalismo, que acaba por se desviar do sentido da lei, impondo critérios intangíveis à maioria dos profissionais atuantes, inibindo a participação Leiloeiros Oficiais por exigir especificação do tipo de bem efetivamente alienado.

Isto posto, **REQUER** esta **Associação Nacional dos Leiloeiros Oficiais Judiciais – ANLEIJUD**, o acolhimento da presente impugnação, para fins de revisão dos critérios suscitados, bem como:

**a)** Readequação do objeto do pregão, acrescentando-se todos os serviços a serem realizados, vez que não são essenciais ao ato do leilão em si;

**b)** Consideração de apenas duas categorias de bens móveis: DIVERSOS e VEÍCULOS, constando na primeira espécie também os eletrônicos e joias, e na categoria veículos, as aeronaves e embarcações, vez que todos se destinam à locomoção de pessoas e ben, desconsiderando exigência quantitativa de êxito na venda de bens semelhantes;



**ANLEIJUD**

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS LEILOEIROS OFICIAIS JUDICIAIS**

---

c) Que a baixa das restrições dos bens arrematados seja lastreada pela SENAD, uma vez que o leiloeiro a ser credenciado não possui poder de mando, em especial para expedição de ofício aos órgãos de trânsito com fins de regularização dos prontuários dos veículos a serem leiloados;

d) Flexibilização das exigências quanto ao depósito destinado à guarda e armazenagem dos bens, recaindo sobre o mesmo apenas as exigências normais de alvará de funcionamento, mediante exclusão da certidão de regularidade junto ao órgão ambiental e apólice de seguros, uma vez que não serão armazenados bens que possam vir a gerar eventuais impactos ao solo ou ambiente de modo geral.

Termos em que,  
Pede e espera por deferimento.

De Goiânia/GO para Brasília/DF, em 25 de março de 2019.

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS LEILOEIROS OFICIAIS JUDICIAIS – ANLEIJUD**

**Maria Aparecida Freitas Fuzo**

**Diretora Presidente**